

# **CONTRIBUIÇÕES DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS PARA O ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE DISSERTAÇÕES E TESES<sup>1</sup>**

**Weydson Roberto de Souza<sup>2</sup>  
Kleber Fernando Rodrigues<sup>3</sup>**

## **RESUMO**

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) existentes nas instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) configuram-se como oportunos espaços para a construção da educação antirracista e, conseqüentemente, para a superação do atraso colonial imposto pela escravidão. Esses núcleos carregam em suas possibilidades de atuação um papel transformador no bojo das implementações de ações afirmativas e das questões identitárias e étnico-raciais. Nesse cenário, consideramos as conexões entre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Neste artigo, temos como objetivo refletir sobre como os Neabis contribuem para o antirracismo no contexto da EPT. No que concerne à metodologia, o estudo assume o veio qualitativo, do tipo exploratório e bibliográfico. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico e documental, cujas fontes abrangem

---

1 O presente estudo apresentado no IXº Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco (Epepe) é parte da Dissertação de mestrado intitulada “O letramento étnico-racial e as identidades afrodescendentes no contexto dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFPE”, que está em andamento no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (IFPE Campus Olinda) do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT);

2 ORCID: 0009-0000-6150-5078 Filiação institucional: Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) E-mail: brasilweydson@gmail.com.

3 ORCID: 000-001-8437-1578 Filiação institucional: Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). E-mail: kleber@pesqueira.ifpe.edu.br.

as diretrizes que regem a RFEPECT. Os resultados mostram que os Neabis cooperam positivamente com a ressignificação do pertencimento e das identidades étnico-raciais, a partir da participação das pessoas nos núcleos e de seus envolvimento nas ações e projetos implementados. Assim, conclui-se que os Neabis são espaços comprometidos com o desenvolvimento de práticas educativas antirracistas. Porém, ainda sofrem com poucos aportes financeiros e com posicionamentos de negação das identidades étnico-raciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antirracismo; EPT; Neabi.

# **CONTRIBUTIONS OF THE AFRO-BRAZILIAN AND INDIGENOUS STUDIES CENTERS TO ANTIRACISM IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: A LOOK AT DISSERTATIONS AND THESES**

## **RESUMO**

The Afro-Brazilian and Indigenous Studies Centers (Neabis) present in the educational institutions that make up the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education (RFEPCT) represent valuable spaces for building antiracist education and, consequently, for overcoming the colonial legacy imposed by slavery. These centers play a transformative role through their actions, particularly in the implementation of affirmative action and in addressing identity and ethno-racial issues. Within this context, we consider the connections between Professional and Technological Education (PTE) and laws number 10.639/2003 and number 11.645/2008. This article aims to reflect on how Neabis contribute to antiracism within the context of PTE. Methodologically, the study adopts a qualitative approach, characterized as exploratory and bibliographic. To that end, we conducted a review of dissertations, theses, academic articles, and books, as well as a documentary analysis based on the guidelines that govern the RFEPCT. The results show that Neabis contribute positively to the redefinition of belonging and ethno-racial identities through participants' involvement in the centers and in the actions and projects they promote. Thus, it is concluded that Neabis are spaces committed to developing antiracist educational practices. However, they still face challenges such as limited financial support and resistance to recognizing ethno-racial identities.

**KEYWORDS:** Antiracism; PTE; Neabi.

# **CONTRIBUCIONES DE LOS NÚCLEOS DE ESTUDIOS AFROBRASILEÑOS E INDÍGENAS AL ANTIRRACISMO EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA: UNA MIRADA A TESIS Y DISERTACIONES**

## **RESUMO**

Los Núcleos de Estudios Afrobrasileños e Indígenas (Neabis), presentes en las instituciones educativas que conforman la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica (RFEPCT), se configuran como espacios valiosos para la construcción de una educación antirracista y, en consecuencia, para la superación del atraso colonial impuesto por la esclavitud. Estos núcleos poseen un papel transformador en la implementación de acciones afirmativas y en el abordaje de cuestiones identitarias y étnico-raciales. En este contexto, consideramos las conexiones entre la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) y las leyes n.º 10.639/2003 y n.º 11.645/2008. El objetivo de este artículo es reflexionar sobre cómo los Neabis contribuyen al antirracismo en el contexto de la EPT. En cuanto a la metodología, el estudio adopta un enfoque cualitativo, de tipo exploratorio y bibliográfico. Para ello, realizamos un levantamiento de tesis, disertaciones, artículos científicos y libros, así como un análisis documental cuyas fuentes abarcan las directrices que rigen la RFEPCT. Los resultados muestran que los Neabi contribuyen positivamente a la resignificación del sentido de pertenencia y de las identidades étnico-raciales, a partir de la participación de las personas en los núcleos y en sus acciones y proyectos. Se concluye, por lo tanto, que los Neabis son espacios comprometidos con el desarrollo de prácticas educativas antirracistas. Sin embargo, aún enfrentan dificultades como el escaso financiamiento y la negación de las identidades étnico-raciales.

**PALABRAS CLAVE:** Antirracismo; EPT; Neabi.

# 1 INTRODUÇÃO

Os discursos racistas herdados da escravidão e do período colonial ainda são utilizados pela sociedade, perpetuando estereótipos e barreiras que estimulam a inferiorização da população negra (pretos e pardos) e dos povos originários. Entretanto, nas duas últimas décadas, as políticas de ações afirmativas brasileiras estão colaborando para dissipar as desigualdades vivenciadas por essas populações, por meio da concepção de preceitos normativos legais.

A promulgação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tratam sobre a obrigatoriedade de inclusão dos aspectos históricos e culturais dos africanos e dos grupos étnicos afro-brasileiros e indígenas no ensino das escolas públicas e privadas do país, pode ser considerada como um vetor que possibilita a construção de um viés para a educação antirracista.

Impulsionados por essas leis, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) existentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) surgem como espaços proporcionadores das ações de conscientização da diversidade identitária e cultural e promovedores de práticas educativas antirracistas. Ademais, as vigentes Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) salientam em seus princípios fundamentais a imprescindibilidade do reconhecimento das identidades étnico-raciais.

Nessa perspectiva, mediante um olhar para dissertações e teses, objetivamos analisar em que medida as instituições que constituem a RFEPCT têm buscado garantir a educação antirracista, a partir da atuação e das contribuições dos Neabis. Nesse passo, intencionamos identificar as contribuições das dissertações e teses que viabilizaram direcionamentos para responder à questão: quais contribuições dos Neabis para o antirracismo têm prevalecido nos estudos realizados tendo como lócus de investigação a RFEPCT?

Ao empreender essa reflexão, trazemos considerações alicerçadas em pesquisadores como Gomes (2005), Munanga (2004), Almeida (2018) entre outros, que dedicam seus estudos às questões étnico-raciais. Além disso, no que diz respeito às bases epistemológicas da EPT, buscamos o respaldo de Freire (2011), Pacheco (2015) e Ramos (2014), além de outros pesquisadores.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 2.1.1 Raça e Racismo

O combate ao racismo passa pela reflexão sobre as origens do termo raça. De início, é importante esclarecer que o conceito de raça era uma definição equivocadamente biologizada, mas que hoje é compreendida como uma construção histórica e social. Segundo Munanga (2004, p. 21-22), científica e biologicamente, as raças não existem. Por outro lado, culturalmente e socialmente, o conceito de raça deve ser levado em consideração para deslindar e desconstruir o racismo. No contexto brasileiro: “[...] o Movimento Negro ressignifica e politiza afirmadamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora” (Gomes, 2012, p. 731). Assim, esclarece que desconsiderar o termo raça “não resolve, na prática, o racismo que aqui existe e nem altera totalmente a compreensão intelectual do racismo em nosso país” (Gomes, 2005, p. 47).

O racismo está fundamentado na desigualdade e é descrito como “tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (Munanga, 2004, p. 24). O autor elucida ainda:

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual ele pertence (Munanga, 2004, p. 24).

Almeida (2018) define o racismo como: “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2018, p. 25). Também destacamos que Almeida classifica o racismo em três concepções, a saber: a individualista, a institucional e a estrutural.

Na concepção individualista, o racismo possui caráter individual ou de grupos específicos constituídos de forma irracional. Na concepção institucional, o racismo é efetivado como consequência do funcionamento das instituições, que, por sua vez, permitem dinâmicas que geram desvantagens e privilégios baseados na raça, propiciando as desigualdades (Almeida, 2018, p. 30). Na concepção estrutural, as instituições reproduzem o racismo, pois “a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar” (Almeida, 2018, p. 36).

O racismo institucional serve para perpetuar a hegemonia de um determinado grupo racial no poder, fazendo com que “a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade” (Almeida, 2018, p. 31). Diante do exposto, alcançamos a compreensão de que a transformação da sociedade “não se efetua unicamente com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas” (Almeida, 2018, p. 40).

### 2.1.2 A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT)

A dicotomia entre o saber manual e o intelectual é uma das principais tensões relacionadas à história da EPT. Desde o período colonial, a educação no Brasil é conduzida de maneira dualista, onde temos um ensino precarizado destinado às camadas desfavorecidas da população contrapondo uma educação acadêmica reservada à elite brasileira.

Em 1909, durante o governo do presidente Nilo Peçanha, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram criadas. Com o passar do tempo, essas escolas sofreram várias transformações em suas nomenclaturas. A primeira década do século XXI trouxe uma abertura para mudanças significativas no cenário das políticas públicas para a educação. Nesse panorama, por força da Lei nº 11.892/2008, foram criados os Institutos Federais e instituída a RFEPCT, tendo em sua base uma proposta de formação humana integral verticalizada. De acordo com o exposto no Artigo 1º da Lei nº 11.892/08, a RFEPCT é constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais -

A criação da RFEPCT possibilita uma educação centrada na perspectiva humana e emancipadora, considerando que a educação precisa estar associada à inclusão e à edificação de uma sociedade alicerçada na igualdade política, econômica e social.

Freire (2011) aponta a necessidade de luta pela formação humana dirigida para granjear a verdadeira liberdade da humanidade, por meio da capacidade de compreensão, criação e transformação compromissada com os oprimidos da sociedade. Assim, a escola deve buscar na prática social e pedagógica os mecanismos para desconstruir “o parâmetro colonialista e dual que caracteriza a relação entre educação básica e profissional” (Ramos, 2014, p. 100). Pacheco (2015) aduz que o conceito de inclusão deve estar atrelado ao de emancipação. Por extensão, o conceito de inclusão abriga o combate aos diversos modelos de discriminações e preconceitos, que também geram violência e intolerância.

Ademais, as vigentes Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica salientam, em conformidade com o artigo 3º, §2 da Resolução CNE/CP nº 01/2021, que:

“Art. 3º - São princípios da Educação Profissional e Tecnológica: [...] XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes (Brasil, 2021, p. 1)”.

Nesse cenário, devemos considerar a conexão entre a EPT, a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08, pois, ao considerarmos os princípios, a abrangência e a importância da RFEPCT, não podemos cometer o equívoco de deixar de relacioná-la com a educação antirracista.

### 2.1.3 Educação Antirracista

Historicamente, a educação no Brasil é marcada pelo eurocentrismo e pela contumaz exclusão das heranças e tradições culturais afro-brasileiras e indígenas dos currículos escolares, que destituem das classes populares a autonomia social e a cidadania, subjugando-as por meio da branquitude. Para Laborne a branquitude é uma forma de comportamento social construída “a partir de uma situação estruturada de

poder, baseada numa racialidade neutra, não nomeada, mas sustentada pelos privilégios sociais continuamente experimentados” (Laborne, 2014, p. 152).

Além disso, entendemos que “educação antirracista refere-se a uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional” (Troyna; Carrington, 1990, p. 1). Ademais, necessitamos de uma educação antirracista que preze pela construção do discurso e da ação pedagógica que potencializem os processos de resistência dos grupos e classes colocados à margem dos direitos sociais. Portanto, devemos atuar na educação para que as políticas de ações afirmativas logrem êxito, mediante ações e políticas educacionais.

Nessa mesma esteira, os educadores brasileiros necessitam com urgência favorecer, no interior das instituições de ensino, as reflexões no que diz respeito às relações raciais no Brasil e sua diversidade, objetivando a construção e a consolidação da educação antirracista.

## 2.2 METODOLOGIA

A descrição dos procedimentos metodológicos empregados para obter os objetivos pretendidos é fundamental para o andamento de uma pesquisa, visto que, quando realizamos uma pesquisa, enfrentamos um problema que requer a procura de informações suficientes para respondê-lo ou então a organização sistemática de informações que estão em desordem (Gil, 2023, p. 1). Nesse sentido, compreendemos que a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 155). Sobre a importância do ato de pesquisar, concordamos com a afirmação de Freire: “[...] Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (Freire, 1996, p. 32).

A presente investigação identifica-se como pesquisa qualitativa. Na visão de Gil, a pesquisa qualitativa busca, “mediante um processo não matemático de interpretação, descobrir conceitos e relações entre os dados e organizá-los em um esquema explicativo” (Gil, 2021, p. 2). Para o tratamento metodológico investigativo, inserimos nosso olhar na perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético. Nesse sentido, a partir da compreensão de que a interpretação dos fenômenos investigados na concepção do materialismo histórico-dialético transita pela “[...] análise crítica do atual quadro histórico, social, político e econômico, acreditamos que o materialismo histórico-dialético possa fomentar reflexões acerca da realidade” (Leite, 2017, p. 848). Entendemos,

assim, a pertinente condução desta pesquisa, com vistas a possibilitar reflexões sobre paradigmas presentes em nossa sociedade, a exemplo do combate ao racismo.

Diante disso, vislumbramos que o “Estado da Arte” é um procedimento essencial para perscrutar o desenvolvimento do atual cenário da produção acadêmica, sendo imprescindível para mapear “[...] conceitos, entendimentos e publicações, traçando um panorama geral do conteúdo destas publicações” (Cruz; Ferreira, 2023, p. 9). Os autores ainda consideram que “são várias as características que dão importância ao Estado da Arte, sobretudo detalhar a evolução das pesquisas, identificando contradições, referencial teórico, integração de perspectivas diferentes ou opostas, e até mesmo temas que são emergentes” (Cruz; Ferreira, 2023, p. 9).

Nessa direção, realizamos um levantamento bibliográfico, a partir de livros, teses, dissertações e artigos científicos. Simultaneamente, procedemos um levantamento documental, cujas fontes abrangem as diretrizes que regem a RFEPCT. Nesse sentido, analisamos as contribuições dos Neabis para o antirracismo no contexto da RFEPCT mediante inventariação de pesquisas presentes no *Catálogo de Teses e Dissertações*, atrelada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Ao acessar a base de dados e pesquisar pelas palavras-chaves, empregamos um refinamento dos dados mediante recorte temporal das publicações entre os anos de 2014 e 2024. Todos os trabalhos analisados foram publicados em língua portuguesa. Também empregamos aspas duplas nos descritores compostos por mais de uma palavra e/ou o emprego das respectivas siglas das palavras-chave. A utilização desse recurso permitiu alcançar mais obras relevantes ao propósito da pesquisa. Na Tabela 1, demonstraremos os quantitativos de trabalhos recuperados mediante combinação dos descritores selecionados.

**Tabela 1** - Quantitativo de dissertações e teses recuperadas conforme base de dados científicos

PALAVRAS-CHAVES	CATÁLOGO DE TESES & DISSERTAÇÕES DA CAPES	
	TESES	DISSERTAÇÕES
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	4	36
“Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas”	2	30
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas com a substituição pela sigla NEABI	4	45
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas AND Educação Profissional e Tecnológica	1	6

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas AND Instituto Federal	2	14
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas AND Colégio Pedro II	0	1

Fonte: Souza e Rodrigues com base nos resultados extraídos do *Catálogo de Teses e Dissertações* da Capes.

De acordo com a Tabela 1, localizamos vários trabalhos que apresentam potencial para serem examinados com maior minúcia. Além disso, alguns trabalhos aparecem repetidamente em várias utilizações de diferentes descritores. Com base nessas informações, contemplamos os trabalhos que abordam a atuação dos Neabis no âmbito da RFEPCT, considerando os institutos federais e o Colégio Pedro II, uma vez que a maior parte das pesquisas localizadas foram desenvolvidas no contexto dos Neabis ou Neabs das universidades e de outras instituições de ensino.

Desse modo, após exame pormenorizado dos resultados obtidos, o corpus foi organizado por 12 (doze) textos científicos, sendo 2 (duas) Teses e 10 (dez) Dissertações. A análise detalhada dos resultados é apresentada no tópico “Resultados e discussões”.

### 2.3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estruturamos os resultados e discussões em formato de resenha. Os textos escolhidos foram analisados com destaque para as seguintes variáveis: autoria, tema, objetivos e resultados. No Quadro 1, apresentamos as duas teses que abordam as contribuições dos Neabis para o antirracismo no contexto da EPT e, em seguida, analisamos brevemente essas pesquisas.

**QUADRO 1** - Teses selecionadas do *Catálogo de Teses e Dissertações* da Capes, no período de 2014 a 2024

ANO	TÍTULO	AUTOR	PROGRAMA / INSTITUIÇÃO
2022	Neabi/IFTM Campus Uberaba: possibilidades e desafios para a educação das relações étnico-raciais	SILVA, Rosa Maria da	Doutorado em Geografia - Universidade Federal de Uberlândia
2023	O Neabi IFRN: amefricanidade e práticas pedagógicas quilombistas para uma formação humana integral na educação profissional e tecnológica	BEZERRA, Nilton Xavier	Doutorado em Educação Profissional - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Fonte: Souza e Rodrigues com base nos resultados extraídos do *Catálogo de Teses e Dissertações* da Capes.

Silva (2022) objetivou identificar e descrever as ações realizadas pelo Neabi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), que cooperaram para a aplicação de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer), considerando as dificuldades encontradas para realização destas ações. Silva constatou que o núcleo promove a sensibilização da comunidade acadêmica, fomentando as reflexões sobre educação antirracista. Entretanto, o núcleo necessita de incentivos financeiro, físico e pessoal. Também destaca que “as inúmeras dificuldades encontradas pelo núcleo fazem parte de um sistema estrutural e institucional de racismo” (Silva, 2022, p. 152).

Bezerra analisa as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo Neabi do IFRN como potencializadoras da Erer e da formação humana integral, considerando que essas práticas são indispensáveis para efetivação da educação antirracista. No percurso da pesquisa, foi constatada a existência de um trabalho proeminente sendo realizado pelos Neabis dos três campi estudados (Apodi, São Paulo do Potengi e Canguaretama). Sobre a relevância dos Neabis, Bezerra ressalta que

Ao abordarmos a atuação atenta de um Neabi aquilombado num contexto acadêmico, não temos a opção de ocultar a chaga colonial das violências e desigualdades. Ademais, se quisermos assegurar uma educação na qual as contribuições de negros e indígenas nas áreas social, econômica, política e cultural sejam respeitadas, esquecê-la significaria desprestigiar o histórico de lutas e resistência dos ancestrais (Bezerra, 2023, p. 212).

Com isso, o autor constata que o Neabi/IFRN é um mobilizador de transformações, a partir da conscientização das comunidades interna e externa sobre o racismo e suas consequências. Todavia, indica um alerta no que diz respeito à dificuldade de alguns docentes em tratar a temática étnico-racial, alegando pouca familiaridade e apontado o cumprimento dos conteúdos de suas áreas específicas como obstáculos.

No Quadro 2, apresentamos 10 dissertações que abordam as contribuições dos Neabis para o antirracismo no contexto da EPT. Em seguida, analisaremos brevemente essas pesquisas.

**QUADRO 2 - Dissertações selecionadas do *Catálogo de Teses e Dissertações* da Capes, no período de 2014 a 2024**

ANO	TÍTULO	AUTOR	PROGRAMA / INSTITUIÇÃO
2020	Avaliação de políticas públicas de ações afirmativas: a implementação dos Neabis (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) no IFCE e as transformações nas relações étnico-raciais	DIAS, Érica Fernandes	Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas - Universidade Federal do Ceará
2021	Narrativas de intelectuais negras/os e letramento racial: a atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Colégio Pedro II	COUTINHO, Gabriela dos Santos.	Mestrado em Relações Étnico-Raciais - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
2021	Nossos pais não foram gauleses: Os desafios da formação de professores nos conteúdos da Lei 10.639/2003 no Colégio Pedro II, por meio das ações do Neabi/CPII	BAPTISTA, Arthur José.	Mestrado Profissional em Rede Nacional ProfHistória - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2022	Caminhos para a construção da interculturalidade: a relação entre extensão universitária e a comunicação pública no Neabi-IFPR	BORGHI, Juliana Marques	Mestrado em Comunicação - Universidade Federal do Paraná
2022	Os Neabis como espaços de problematização e aprendizagem dos processos históricos e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros: vivências na educação básica	FARIAS, Carla Cristina Goulart	Mestrado em Ensino em Educação Básica - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2022	Uma política de promoção da igualdade racial, a Lei nº 12.711/2012: analisando sua implementação e seus percursos no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	LIMA, Izabel Cristina de	Mestrado Profissional em Educação - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
2022	A contribuição do Níger/Neabi no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Juazeiro do Norte e a formação do professor de educação física na educação das relações étnico-raciais	ALVES, Paulo Tiago Oliveira	Mestrado Profissional em Educação - Universidade Regional do Cariri
2023	A política educacional para as relações étnico-raciais: notas a partir da atuação dos Neabis no Ifsul	SILVA, Marcell da	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

2023	As semanas pretas e indígenas no IFBA Campus Seabra como espaços de formação, afirmação e experiências educativas: uma interpretação da (re)existência necessária	MENEZES, Robson Luiz da Silva	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
2023	Um olhar autoetnográfico sobre a branquitude nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	HOLANDA, Lara Soldon Braga	Mestrado em Educação - Universidade Federal do Ceará

Fonte: Os autores com base nos resultados extraídos do *Catálogo de Teses e Dissertações* da Capes.

Dias (2020) avalia a implementação dos Neabis no IFCE, no período de 2014 a 2019, a fim de compreender as transformações, os avanços alcançados, as contradições e os desafios desses núcleos para a materialização da educação antirracista. A autora salienta alguns avanços nesse processo de implantação, a saber: diálogos com as instâncias do ensino para a inserção da Lei nº 10.639/03 no currículo; criação da banca de heteroidentificação; participação incipiente nos encontros pedagógicos; engajamento dos membros dos núcleos. Contudo, também apresentou diversos problemas a serem superados: sobrecarga de atividades de membros do Neabi/IFCE; desconhecimento teórico; escassez de espaços físicos; ausência de formação docente; pouco incentivo financeiro para projetos e recrutamento de bolsistas; estigmatização das culturas afro-brasileira e indígena. Dias assevera que “mesmo diante de todas as dificuldades, silenciamento e invisibilidade e racismo institucional impostos e enfrentados pelos Neabis, no âmbito do IFCE, existe um potencial humano revolucionário e esperançoso que resiste” (Dias, 2020, p. 117). E, encerra refletindo que “dar voz aos Neabis significa dar voz aos negros e negras no interior de uma sociedade marcada pelo racismo institucional” (Dias, 2020, p. 117).

Coutinho (2025) examinou narrativas sobre práticas de letramento racial realizadas pelo Neabi/CPII, por meio da perspectiva dos profissionais comprometidos com a educação antirracista. Nesse sentido, a autora buscou compreender a criação e o desenvolvimento de um Neabi “em um espaço educacional singular que carrega ideológica, geográfica e historicamente resquícios de um passado imperial” (Coutinho, 2021, p. 109). Partindo de uma perspectiva decolonial, Coutinho apresenta quatro caminhos percorridos cotidianamente pelo núcleo: o político-pedagógico, o político-epistemológico, o político-identitário e o político-institucional.

Em suma, no âmbito político-pedagógico, a perspectiva negra decolonial se desenvolve através de mudanças estruturais

nos currículos e nas práticas de ensino que centralizam uma releitura política e afirmativa do corpo negro; no âmbito político-epistemológico, ela se dá pelo reconhecimento e valorização de outras racionalidades para além da hegemônica; no âmbito político-identitário, ela opera apontando caminhos para colaboração inter-racial e também por meio da construção de espaços de aquilombamento que têm como característica fundamental a valorização da negritude; no âmbito político-institucional, ela se desenvolve em função do avanço das políticas afirmativas (Coutinho, 2021, p. 110).

Como resultado, Coutinho destaca que é “imperativo avançar pedagogicamente, epistemologicamente, identitariamente e institucionalmente através de uma localização política de raça” (Coutinho, 2021, p. 111).

Baptista (2021) dialogou com autores decoloniais e africanos na perspectiva da educação antirracista. Ele mostra como a implementação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 depende das iniciativas propositivas de educadores antirracistas. Em conformidade com as leis supracitadas, por meio da luta decolonial, reitera a continuidade dos projetos formativos do Neabi/CPII, o que possibilita os debates sobre os povos africanos com os professores da Educação Básica. Além disso, Baptista mostra como os Curso de Cultura e Mitologia Yorubá e o Curso de Cultura Tradicional Banto contribuem para a formação continuada de professores, sendo considerados como motivadores do debate sobre a educação antirracista e sua inserção nos currículos e programas da instituição.

Borghì analisou a relação da comunicação pública e da extensão universitária em proposições que transpassam a prática cultural realizadas pelo Neabi do Instituto Federal do Paraná (IFPR), “procurando compreender como a troca de conhecimento envolve os atores sociais, e de que modo as culturas afro-brasileiras e indígenas têm sido representadas nas ações propostas pelo viés da comunicação pública” (Borghì, 2022, p. 8). Nessa pesquisa, as ações educativas são analisadas a partir da participação da comunidade em dois projetos de extensão que são desenvolvidos, a saber: “Capoeirando no IFPR” (Campus Curitiba); e, “Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais” (Campus Paranaguá). Borghì aponta que o desenvolvimento da pesquisa acerca desses projetos permitiu refletir sobre o racismo, o preconceito e a desigualdade, considerando que “a educação construída pelo diálogo pode propiciar quebras de barreiras” (Borghì, 2022, p. 228).

Farias teve o intuito de identificar os Neabis como espaços de pesquisa e disseminação de saberes no que diz respeito aos processos históricos e culturais dos povos afrodescendentes e indígenas na Educação Básica, a partir das narrativas de uma

professora da Educação Básica e dos coordenadores do Neab Ayó (Escola Municipal Clementino Fraga no bairro de Bangu) e Neabi CPII/Campus São Cristóvão. Como resultados, Farias constatou três pontos fundamentais nas experiências narrativas reveladas pelos participantes da pesquisa. O primeiro trata sobre a hierarquização das funções nos ambientes acadêmicos e sobre o pouco envolvimento e da colaboração de alguns gestores, considerando que “este entrave que impossibilitou que as práticas antirracistas acontecessem de forma fluida, a partir da troca horizontal entre os sujeitos, nos remete à concepção de racismo institucional” (Farias, 2022, p. 86). O segundo trata da burocratização dos processos que envolvem regimentos e dificulta o alcance de investimentos para os núcleos. Por fim, o terceiro ponto não se caracterizou como um empecilho ou obstáculo, mas sim como ponto positivo de grande potência: o protagonismo dos estudantes incentivados por práticas de professores antirracistas.

Lima (2022) investigou a trajetória da implementação da Lei nº 12.711/2012, ou “Lei de Cotas”, no IF Sudeste MG. Nesse percurso, foi evidenciado que os debates que antecederam o processo de implementação dessa política pública ocorreram de forma pontual e rápida reservada ao âmbito administrativo. Essa lei foi colocada em prática desde a sua promulgação, porém, sua adoção aconteceu com o fito de atender burocracias legais. Lima revela que as discussões para além do âmbito administrativo foram paulatinamente ensejadas como resultado dos tensionamentos do Neabi. Por último, Lima constatou que o Neabi é o grande favorecedor da efetivação da Lei nº 12.711/2012, mesmo possuindo um pequeno número de servidores e ausência de recursos próprios. Ademais, com intuito de contribuir para o (re)conhecimento da atual situação do IF Sudeste MG e para a promoção ações de combate ao racismo, foram elaborados dois produtos educacionais, a saber: um relatório técnico, com a intenção de colaborar com a investigação sobre a existência do racismo na instituição; e, um e-book sobre as batalhas dos movimentos negros e promulgação da “Lei de Cotas”, com a intenção de apoiar a luta enfrentada pelo Neabi.

Alves (2022) buscou compreender a contribuição das pessoas envolvidas com o Neabi no processo de formação inicial dos estudantes concludentes do Curso de Licenciatura em Educação Física, no IFCE — Campus Juazeiro do Norte. Ademais, Alves conclui que a implementação lenta e tardia da Lei nº 10.639/03, “em especial num curso de licenciatura, ou seja, curso que visa preparar o professor(a) para atuar precipuamente na educação básica é um aspecto que precisa urgentemente ser modificado” (Alves, 2022, p. 85). Por fim, os resultados apontaram que as ações pedagógicas voltadas para a discussão sobre a diversidade étnico-racial no currículo do referido curso acontecem, principalmente, em razão do empenho de um docente negro que,

em parceria com dois estudantes, enfatiza as reflexões sobre o currículo, por meio da criação de um núcleo de investigação étnico-racial. Dentro dessa construção, considerando a tipicidade do Curso de Licenciatura em Educação Física, Alves desenvolveu um programa de unidade didática, nomeado “Pressupostos teóricos e pedagógicos para a construção de uma educação física antirracista”, que também está fundamentado nas experiências e nas percepções dos participantes da pesquisa.

Silva (2023) buscou compreender como o IFSul promove a Erer na perspectiva da formação humana integral e omnilateral. Nesse passo, o autor constatou que os Neabis de alguns campi mobilizam, isoladamente, ações sobre as políticas e sobre a temática racial, ressaltando que a implementação de uma educação antirracista passa pela consolidação de espaços pedagógicos de diálogos. A sistematização dos resultados da pesquisa revela que as ações realizadas pelos Neabis possuem a capacidade de fortalecer o trabalho pedagógico com a temática étnico-racial no IFSul, destacando no rol dessas ações: a institucionalização das políticas públicas de igualdade racial e a fixação das garantias de acesso, permanência e êxito de estudantes negros e indígenas. Com base nos resultados obtidos, Silva desenvolveu um produto educacional, que consiste em uma sequência de vídeos educativos para auxiliar os estudantes do IFSul a entender o que é o racismo e como combatê-lo, bem como, para fazer mais conhecido o Neabi e as suas ações.

Menezes (2023) buscou conhecer o contexto de dois eventos institucionais e da atuação do Neabi. Em suas considerações finais, Menezes assevera que a grande contribuição desses eventos “é neutralizar os efeitos da discriminação e da desigualdade vivenciadas pela comunidade acadêmica, mais especificamente aquelas circunscritas aos(as) discentes quilombolas e indígenas” (Menezes, 2023, p. 129-130). Por último, o trabalho destaca que os eventos “Semana Preta” e “Semana Indígena” e a atuação do Neabi são espaços que reforçam a importância do combate ao racismo explícito e ao racismo institucional, bem como permitem diálogos e reflexões sobre a inadequação curricular e ações de negação e silenciamento dos subalternizados. Como produto educacional foi produzido um documentário contendo as reflexões dos sujeitos envolvidos nas ações do Neabi, nas vezes em que ocorrem os eventos.

Holanda (2023) analisa as representações de racismo e branquitude que perpassam a atuação do Neabi do IFCE. A partir de uma abordagem qualitativa, em perspectiva autoetnográfica, a autora realizou a observação crítica da branquitude, considerando as perspectivas e os olhares dos participantes e da própria pesquisadora. Nesse caminho, buscou compreender “o desvelar da branquitude enquanto categoria de análise e sua localização social de privilégio no contexto social em que os pertenci-

mentos raciais são hierarquizados” (Holanda, 2023, p. 163). Em relação à legitimidade do Neabi para a discussão da branquitude, a autora destaca que, ao tratar da temática racial e do enfrentamento ao racismo, constitui-se como parte inseparável desse processo “problematizar a branquitude [...] uma vez que compreende o desvelar das formas a partir das quais se produzem, reproduzem e mantêm os privilégios e vantagens que historicamente beneficiam o segmento branco da população, promovendo a desigualdade social” (Holanda, 2023, p. 166). Assim, com os resultados alcançados, Holanda depreendeu que os participantes do Neabi entendem a branquitude na qualidade de lugar de privilégio dentro de uma sociedade hierarquizada e estruturada pelo racismo, onde as instituições funcionam como ferramentas fundamentais de continuação e reprodução dessa estrutura excludente.

Após a visualização das produções acadêmicas aqui descritas, é perceptível a importância da aproximação da comunidade escolar com a temática do antirracismo nos diversos ambientes educacionais e no contexto da Educação Profissional e Tecnológica dentro de sua indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse estudo buscou compreender em que medida a atuação dos Neabis está contribuindo para a implementação de práticas educativas antirracistas no contexto da EPT. No decorrer do estudo, percebemos que ainda existem poucas dissertações e teses que investigam os Neabis no contexto da RFEPCT. Os (as) pesquisadores (as) selecionadas revelaram que os Neabis contribuem positivamente com a reelaboração do pertencimento e das identidades étnico-raciais, a partir da participação das pessoas nos núcleos e de seus envolvimento nas ações e projetos implementados. O fortalecimento das identidades, das práticas pedagógicas, do currículo e da educação no geral são os eixos centrais de atuação do Neabi. Além disso, os (as) pesquisadores (as) reconhecem o Neabi como grande promotor do pertencimento étnico-racial das pessoas que dele fazem parte, além de defensor da efetivação das leis que garantem o acesso dos negros e indígenas a uma educação de qualidade.

Inclusive as dissertações e teses selecionadas revelaram que a partir da criação e promoção de eventos como exposições com temática afro-brasileira e indígena, incentivo às produções artísticas e culturais, seminários e fóruns se estabelece uma educação antirracista que promove a formação de professores e o protagonismo dos estudantes. Ademais, a análise dos trabalhos nos revelam que os Neabis ainda tratam

de maneira muito incipiente as temáticas ligadas à ideologia do branqueamento e do eurocentrismo, apesar de serem um espaço legítimo para a promoção da compreensão desses temas, que são de extrema importância para o entendimento e combate às desigualdades étnico-raciais.

Outrossim, evidenciamos que os Neabis, mesmo enfrentando diversas dificuldades oriundas do racismo estrutural e institucional que afeta toda a sociedade, vem conseguindo efetuar ações e atividades fomentadoras do debate e da sensibilização acerca das temáticas étnico-raciais no âmbito da EPT, constituindo-se como verdadeiros espaços de formação, visibilização e práticas educativas de (re)existência, discutindo e combatendo temas como: racismo; segregação e invisibilidade; inadequações curriculares e outros posicionamentos de negação das identidades étnico-raciais.

Por último, insistimos que é fundamental investir na formação dos professores, dos profissionais da educação e dos estudantes, a partir de percursos e de variadas possibilidades para a implementação de uma educação antirracista que seja construída e efetivada na consolidação de espaços pedagógicos de diálogos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Paulo Tiago Oliveira. “A contribuição do Niger/Neabi no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Juazeiro do Norte e a formação do professor de educação física na educação das relações étnico-raciais”. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Regional do Cariri, Crato. 2022. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=12234139](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12234139). Acesso em: 21 out. 2024.

BAPTISTA, Arthur José. “Nossos pais não foram gauleses: os desafios da formação de professores nos conteúdos da Lei 10.639/2003 no Colégio Pedro II, por meio das ações do Neabi/CPII”. Orientadora: Helena Maria Marques Araújo. 2021. 151 f. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Rede Nacional ProffHistoria) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. 2021. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11010527](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11010527). Acesso em: 21 out. 2024.

BEZERRA, Nilton Xavier. “O Neabi IFRN: amefricanidade e práticas pedagógicas quilombistas para uma formação humana integral na educação profissional e tecnológica”. Orientadora: Ilane Ferreira Cavalcante. Co-orientador: Carlos Benedito Rodrigues da Silva. 2023. 241 f. *Tese* (Doutorado em Educação Profissional) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal. 2023. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=14527476](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14527476). Acesso em: 5 set. 2024.

BORGHI, Juliana Marques. “Caminhos para a construção da interculturalidade: a relação entre extensão universitária e a comunicação pública no Neabi-IFPR”. *Dissertação* (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2022. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/>

consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\_trabalho=11604711. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Presidência da República, 2008a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 21 out. 2024.

COUTINHO, Gabriela dos Santos. “Narrativas de intelectuais negras/os e letramento racial: a atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Colégio Pedro II”. Orientadora: Talita de Oliveira. 2021. 124 f. *Dissertação* (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11104891](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11104891). Acesso em: 21 out. 2024.

CRUZ, Fabielle Rocha; FERREIRA, Jacques de Lima. “Estudos de revisão em Educação: Estado da Arte e Revisão Sistemática”. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 30, p.

e11512, 2023. DOI: 10.5335/rep.v30i0.11512. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/11512/114117323>. Acesso em: 12 abr. 2025.

DIAS, Érica Fernandes. “Avaliação de políticas públicas de ações afirmativas: a implementação dos Neabis - Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas no IFCE e as transformações nas relações étnico-raciais”. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2020. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10701827](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10701827). Acesso em: 22 out. 2024.

FARIAS, Carla Cristina Goulart. “Os Neabis como espaços de problematização e aprendizagem dos processos históricos e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros: vivências na educação básica”. *Dissertação* (Mestrado em Educação Básica) - Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11955797](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11955797). Acesso em: 21 out. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Atlas, 2023.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. 7<sup>a</sup>. d. São Paulo: Atlas, 2021.

GOMES, Nilma Lino. “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC; Secad, 2005. (Coleção Educação para Todos).

GOMES, Nilma Lino. “Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

HOLANDA, Lara Soldon Braga. “Um olhar autoetnográfico sobre a branquitude nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia”. *Dissertação* (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2023. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=14186225](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14186225). Acesso em: 21 out. 2024.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. “Branquitude e colonialidade do saber”. *Revista da ABPN*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 6, n. 13, mar./jun, p. 148-161, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/156/153>. Acesso em: 21 out. 2024.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. “Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades”. *Investigação Qualitativa em Educação*, [S. l.], v. 1, 2017, p. 847 - 856. Disponível em: <https://ludomedia.org/publicacoes/livro-de-atas-ciaiq2017-vol-1-educacao/><https://ludomedia.org/publicacoes/livro-de-atas-ciaiq2017-vol-1-educacao/>. Acesso: 20 de dez. 2024.

LIMA, Izabel Cristina de. “Uma política de promoção da igualdade racial, a Lei nº 12.711/2012: analisando sua implementação e seus percursos no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais”. Orientadora: Geruza de Fátima Tomé Sabino. 2022. 450 f. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Educação) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina. 2022. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11794383](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11794383). Acesso em: 21 out. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Robson Luiz da Silva. “As semanas pretas e indígenas no IFBA Campus Seabra como espaços de formação, afirmação e experiências educativas: uma interpretação da (re)existência necessária”. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Catu. 2023. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11794383](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11794383).

gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\_trabalho=14603508. Acesso em: 21 out. 2024.

MUNANGA, Kabengele. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. In: BRANDÃO, André Augusto P. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: Eduff, 2004. Disponível em: <http://penesbi.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/Penesb-5-Texto-Kabenguele-Munanga.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2024.

PACHECO, Eliezer. *Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora*. Natal: IFRN, 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SILVA, Marcell da. “A política educacional para as relações étnico-raciais: notas a partir da atuação dos Neabis no IFSUL”. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Charqueadas. 2023. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13738780](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13738780). Acesso em: 21 out. 2024.

SILVA, Rosa Maria da. “Neabi/IFTM Campus Uberaba: possibilidades e desafios para a educação das relações étnico-raciais”. Orientadora: Adriany de Ávila Melo Sampaio. 2022. 165 f. *Tese* (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2022. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13536857](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13536857). Acesso em: 21 out. 2024.

TROYNA, Barry; CARRINGTON, Bruce. *Education, racism and reform*. London: Routledge, 1990.